

1. Não foi informado qual o alvará de funcionamento que a empresa possui no Recife para estar cobrando pelo estacionamento. Segundo a resposta, a empresa não possui sede no Recife, não podendo assim gerar Nota Fiscal de Serviço. Solicito o número ou uma cópia do alvará, visto que no local de cobrança do estacionamento não há alvará algum.

2. Em relação ao Chamamento público, quais foram os concorrentes?

3. O prazo de abertura de apenas cinco dias corridos, após publicação no Diário Oficial, bem como quanto ao prazo indeterminado da concessão, segue o preceito da razoabilidade e está dentro dos padrões de chamamento público pelo município?

4. Como a prefeitura fiscaliza a regra do limite máximo no valor cobrado de R\$ 5,00 (pois a empresa que cobra mais R\$2,00 por carro que exceder 2 horas, o que está em desacordo com o Chamamento Público)?

5. Qual a regularidade fiscal que a atual concessionária mantinha com o município, visto que a empresa não possui registro no Recife? Um dos itens do Chamamento Público seria em relação a não possuir débito no município. O fato da empresa não ter registro no Recife, já poderia ter esse item como atendido?

6. Mais uma vez reitero, como está sendo possível o funcionamento sem gerar Nota Fiscal e sem a conclusão do trâmite do alvará de funcionamento?